

POR RICARDO JACOMASSI,

ECONOMISTA-CHEFE DA HEGEMONY PROJEÇÕES ECONÔMICAS ூ: RICARDO.JACOMASSI@HEGEMONY.COM.BR

ELEMENTOS DO ATRASO

iante do ambiente atual pouco propício para novos negócios, é aceitável que os investidores encarem com mais preocupação as dúvidas quanto às premissas que devem considerar para realizarem seus investimentos – ainda mais guando se trata de fusão e aquisição de companhias.

Observando a escassez de dados para comparações entre países, a Ernst & Young e a MARC desenvolveram o M&A Maturity Index1, que busca avaliar a maturidade de 148 países no que se refere a fusões e aquisições. De forma didática, o índice determina que quanto maior a maturidade, menor o risco dos negócios para as empresas, sendo levados em consideração 23 fatores dispostos em cinco grupos:

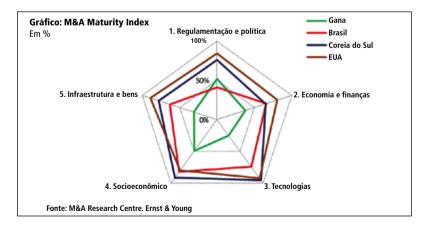
- Regulamentação e política; (i)
- Economia e finanças;
- Tecnologias;
- (iv) Socioeconômico;
- Infraestrutura e bens.

Ao avaliar o conjunto dos grupos, o Brasil apresentou score (pontuação) de 41% para Regulamentação e política; 66% para Economia e finanças; 74% para fatores relativos a Tecnologias; 82% para os fatores socioeconômicos e 63% para Infraestrutura e bens. Na comparação, o score geral do Brasil foi de 65%, conferindo-lhe a 34.ª posição no ranking dos 148 países avaliados e classificados de acordo com os critérios do M&A Maturity Index.

Os fatores que mais pesaram para a posição brasileira foram Regulamentação e política, Infraestrutura e bens e Economia e finanças. No gráfico em destaque, observa-se a primeira posição do ranking ocupada pelos Estados Unidos; a quinta, pela Coreia do Sul, e a 107.ª, por Gana. A comparação entre esses três países identifica os elementos que contribuem para o atraso e a falta de competitividade da economia brasileira em relação às primeiras e às últimas posições do ranking geral.

Em relação aos aspectos regulatórios, na comparação do gráfico, o Brasil, com 41%, fica atrás de Gana, país africano cujo score foi de 52%. Para confirmar quão deficientes são os aspectos de regulamentação e fatores políticos para o País, basta observar o estudo do Banco Mundial² e da PwC que identificou cerca de 2.600 horas necessárias para cumprir as exigências fiscais. No Chile são gastas 316 horas, e nos Estados Unidos, 187.

Como se isso não bastasse, outro fator contribuiu para a posição brasileira conforme comparativo do gráfico: infraestrutura. Sabe-se que nossa infraestrutura há muito tempo apresenta sérias distorções na competitividade da economia e acarreta altos custos para a sociedade. Mesmo com os grandes eventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, os investimentos na estrutura base não deslancham. Boa parte dos entraves tem origem política e regulatória. Então, ao se perguntar em qual nação investir ou mostrar-se interessado no processo de fusão e aquisição de empresas, o investidor sempre estará atento para onde apontar a bússola de suas decisões. Provavelmente, o Brasil estará na mesa, por enquanto, pois ainda consta como economia emergente de rápido crescimento. Acontece, porém, que, por causa dos retornos menores de lucratividade da economia e também dos empecilhos da falta de competitividade, já estão dizendo por aí que o Brasil deixou de ser o gueridinho dos investidores. Isso requer atenção quanto a nosso futuro.



- 1 Ernst & Young. < http://www.mandamaturity.com/>
- 2 Banco Mundial (Paying Taxes 2011). http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/paying-taxes